

## A PUNIÇÃO COMO MÉTODO CONTROLE: SEUS MALEFÍCIOS E SUA INEFICÁCIA NA ESCOLA

*Anselmo Silva Socorro (PG-UEMS)*

*Isael José Santana (UEMS)*

### **Resumo**

O presente trabalho apresenta como tema o estudo sobre a punição nas relações entre professor e aluno. Embora rechaçada nos escritos a punição ainda é o método de controle escolar mais utilizado, ainda que de forma velada, agora através de mecanismos mais sutis de coerção. Como forma a elucidar o tema primeiramente encontra-se a descrição do tipo de olhar que a psicologia comportamental tem sobre a forma de agir do ser humano e o prisma do determinismo ambiental, no qual o ser humano é resultado das contingências externas, o que gera a aprendizagem. A punição é apresentada com o objetivo de averiguar suas definições e sua efetividade como método de controle. Conjuntamente estabelece-se uma analogia entre o proceder punitivo e aquele realizado na escola. O escrito é resultado de uma pesquisa bibliográfica, com relação a autores de enfoque relacionado à psicologia comportamental, assim como outros teóricos da aprendizagem.

**Palavras-chave:** Punição. Escola. Relação professor/aluno.

### **Introdução**

Alguns textos não trazem claro qual o seu olhar sobre os eventos, para conceber isto é necessário que o leitor descubra no desenrolar da leitura. Nesse texto primeiramente é abordado esse referencial, ou seja, a perspectiva comportamental, a qual facilita a leitura dos métodos punitivos, bem como outros subtítulos enfatizados.

A perspectiva comportamental representa uma forma particular de se olhar os eventos humanos, mas de toda forma, pode ser enquadrada nas teorias conexionistas, as quais compreendem que toda resposta (agir do indivíduo) se deve a um estímulo (situação ambiental), portanto há uma conexão entre estímulo e resposta.

Nesse enfoque o comportamento humano é controlado pela história genética e ambiental, com ênfase sobre a segunda já que a maioria dos comportamentos se deve à história de vida do indivíduo. O comportar humano revela características de controle, o qual faz parte do processo de sobrevivência. Sempre há uma situação de controle; o controle exercido pelo próprio ambiente é um exemplo disso. Dessa forma esse olhar critica as correntes que garantem ao homem uma situação de liberdade, já que até o pensamento de ser livre é resultado de um processo controlatório, no qual os agentes de controle promovem um estado de satisfação para os controlados. Logo é perigoso o sentimento de liberdade, por que torna irreconhecível todo o controle a que se está exposto o sujeito.

Pode-se dizer que o comportamento é resultado de um processo de causa e efeito; dessa forma a causa seria uma mudança numa variável independente e o efeito uma mudança numa variável dependente. Todo comportamento é assim um evento probabilístico, ou seja, é resultado de variáveis externas, e ocorre por elas. Assim outros tipos de causas que se dão ao comportamento são meramente não científicas, e não representam nenhuma real relação. Assim ser “inteligente” ou “honesto”, não são resultados de situações de caráter, todavia

An. Sciencult	Paranaíba	v. 2	n. 1	p. 37-44	2010
---------------	-----------	------	------	----------	------

representam uma situação, na qual o ambiente molda os seres vivos, que passam então a emitir esse ou aquele comportamento.

Para se definir a questão de forma mais clara pode-se fazer a seguinte pergunta “[...] uma pessoa é moral porque age moralmente, ou age moralmente por que é moral?” (SKINNER, 2004, p. 167). Certamente não se chegaria a nenhuma resposta com essa pergunta, já que ela se responde mutuamente. Skinner (2004) responde a essa pergunta afirmando que nenhuma das duas afirmações estão corretas, e que essa pessoa é moral por que provem de um tipo específico de ambiente, no qual essa “moralidade” foi estimulada com acontecimentos que favoreceram esse tipo de agir.

As características do indivíduo devem-se muito às relações. Nessa perspectiva relações são concebidas numa situação na qual haja uma determinada frequência nos encontros de determinadas pessoas, quanto maior essa frequência maior será a relação. Nessas relações há componentes punitivos e reforçadores que mantêm ou não a relação. Para que essa seja duradoura é necessário que haja uma situação de reforço mútuo, e os dois participantes disponibilizem estímulos gratificantes ao outro, se isso ocorrer apenas em um sentido, a relação estará comprometida.

O prisma comportamental, particularmente o behaviorismo radical, nega veementemente a existência da mente, ou como se referia Skinner (2004, p. 13-14) “[...] um mundo que não possui dimensões físicas”. Mundo esse que por sua vez explicaria todas as formas de agir do indivíduo. Segundo as concepções do Behaviorismo Radical, esses estados mentais devem ser ignorados, já que dificilmente através deles pode – se prever ou controlar um comportamento. Na comunidade social a utilização dos termos mentalistas é demasiada, e seu uso torna-se cômodo e pouco crítico por parte dos profissionais que deviam esclarecer sobre as reais razões do comportamento.

Para Baum (1999, p. 50) o mentalismo “[...] é a prática de invocar ficções mentais para tentar explicar o comportamento”. Logo é errônea essa concepção de ser humano e as explicações pouco convincentes desse tipo de abordagem. As explicações retiradas do conceito de impulso e vontade nada têm a acrescentar na busca do manuseio comportamental para fins mais satisfatórios. Logo se pode chamar de fictício todo aparato mental e particularmente o instituto psíquico mente.

É sobre essa perspectiva comportamental, ou mais particularmente a behaviorista radical, que se desenvolve o tema da aprendizagem, da punição e suas implicações no ambiente escolar.

## 1. A Aprendizagem

Skinner (1998) afirma que as conseqüências às quais o comportamento está exposto são responsáveis pela mudança comportamental dos indivíduos. O teórico tipifica da seguinte maneira: “As conseqüências do comportamento podem retroagir sobre o comportamento. Quando isso acontece, podem alterar a probabilidade do comportamento ocorrer novamente (SKINNER, 1998, p. 65)”.

A aprendizagem é caracterizada na perspectiva comportamental, como que controlada por duas variáveis, o controle recompensatório (reforço) e o controle aversivo (punições e o reforço negativo). O controle recompensatório é toda conseqüência que aumenta a probabilidade de um comportamento; fundamenta-se principalmente no acréscimo de novos comportamentos desde que recompensados satisfatoriamente em um passado próximo. Já o controle aversivo refere-se ao controle estabelecido por “coisas ruins” que ocorrem sempre

An. Sciencult	Paranaíba	v. 2	n. 1	p. 37-44	2010
---------------	-----------	------	------	----------	------

que um comportamento é emitido, estas conseqüências podem ser: a colocação de algo ruim logo após o comportamento (punição positiva), ou a retirada de algo bom caso um comportamento ocorra, neste caso a punição negativa (MOREIRA e MEDEIROS, 2007).

Moreira (1999) refere-se à obra de Skinner e ao seu conceito de aprendizagem dentro das relações humanas, do seguinte modo:

Recompensas e punições desempenham um papel importante na vida diária. As pessoas tendem a se comportar de modo a obter recompensas e a evitar punições. Em muitos casos, as ações das pessoas são descontinuadas ou aumentadas pelas conseqüências dos efeitos que produzem no indivíduo (MOREIRA, 1999, p. 51).

Skinner um dos maiores pesquisadores do comportamento humano elabora então várias formas pelas quais os indivíduos aprendem novos comportamentos e chamou essa aprendizagem de operante. A aprendizagem operante caracteriza-se pela relação entre atividade e conseqüência, ou seja, se coisas do mundo reforçam ou punem algum comportamento, este terá sua freqüência aumentada ou diminuída. Assim existem quatro tipos de relações que caracterizam a aprendizagem operante:

A dependência entre trabalho e alimento é um exemplo de reforço positivo: reforço por que a relação tende a fortalecer ou a manter a atividade (trabalhar), e positivo por que a atividade torna provável o reforçador (alimento). A relação entre escovar os dentes é um exemplo de reforço negativo: reforço porque a relação tende a manter a escovação dos dentes (a atividade), e o negativo por que torna a cárie (o punidor) menos provável. A relação entre caminhar entre placas de gelo e cair é um exemplo de punição positiva: punição por que a relação torna o caminhar sobre o gelo (atividade) menos provável, e positiva porque a atividade torna o punidor (queda) mais provável. A relação entre fazer barulho durante uma caçada e pegar a presa é um exemplo de punição negativa: punição porque a relação tende a suprimir comportamentos ruidosos, e negativa por que fazer barulho (a atividade) torna o pegar a presa (um reforçador) menos provável (BAUM, 1999, p.77-78).

Quando as pessoas aprendem novos comportamentos, ocorre o condicionamento, ou seja, os indivíduos estabelecem novos níveis de aprendizagem. Nestes termos o condicionamento refere-se ao processo no qual uma freqüência de um comportamento é aumentada através da imposição de um reforço. Já aprendizagem refere-se a um conceito mais amplo, está relacionada ao conjunto de comportamentos e habilidades que o indivíduo adquire (MOREIRA, 1999).

## 2. A Punição

Segundo Moreira & Medeiros (2007), o termo punição é definido funcionalmente “[...] como a conseqüência que reduz a freqüência do comportamento que a produz” (MOREIRA & MEDEIROS, 2007, p.70). Suponha que uma pessoa faça algo e que pela sua ação ela receba uma palmada ou um soco; se esse comportamento diminuir de freqüência diz que ocorreu uma punição. Cabe frisar que o que caracteriza uma conseqüência como punidora não é ela própria ou sua natureza; é preciso observar sim a mudança na freqüência do comportamento. Uma agressão pode ser punidora para alguns, mas no caso de uma pessoa masoquista poderia não ser.

Catania (1999) exemplifica essa situação ao categorizar que a punição é um processo, e como tal não se explica senão numa relação contingencial completa, isto é, a punição configura-se apenas no decréscimo de um responder, ainda é necessário haver um estímulo

An. Sciencult	Paranaíba	v. 2	n. 1	p. 37-44	2010
---------------	-----------	------	------	----------	------

punidor logo após uma resposta (agir do indivíduo). Logo é incorreto dizer que pessoas são punidas, os fenômenos punidos são os comportamentos.

A punição diminui a frequência de dado comportamento ocorrer. Isso ocorre de duas formas, a punição pode ser positiva ou negativa. No caso da positiva uma contingência “[...] produz a apresentação de um estímulo que reduz sua probabilidade de ocorrência futura (MOREIRA & MEDEIROS, 2007, p.70), ocorre então a introdução de um punidor no ambiente. Já na punição negativa a consequência de um comportamento é a retirada de reforçadores (de outros comportamentos)” (MOREIRA & MEDEIROS, 2007, p.71), há então a retirada de algo bom para o organismo clássico, é a retirada do aluno de sala de aula, quando comete algum ato inaceitável, nesse caso são retirados reforçadores como a presença dos colegas, porém cabe ressaltar novamente que só há punição caso esse aluno deixe de executar o comportamento problema (MOREIRA & MEDEIROS, 2007).

Skinner (1998) adverte quais seriam os reais efeitos da punição. Primeiramente ressalva o efeito de eliciar respostas incompatíveis com o comportamento punido. Por exemplo, quando o aluno faz “bagunça” (comportamentos desadaptados), o professor dá um grito; imediatamente cessa-se o bagunçar do aluno, isto é, algo contrário a aquilo que ele vinha fazendo. Posteriormente reflete sobre o efeito de o próprio comportamento punido se tornar um eliciador de reações corporais. Daí compreende-se o fato de algumas pessoas simplesmente através de seus atos, já sentir reações de vergonha e culpa. Como modelo o ato de mentir é severamente punido, com isso o indivíduo ao mentir pode sentir reações corporais involuntárias e desagradáveis. Encerra com um terceiro efeito de certa forma parecido com o segundo, porém agora o que gera esses efeitos corporais são eventos que ocorrem concomitantemente ao evento punitivo, logo tudo que estiver envolvido com esse momento. Daí a razão de muitas vezes o aluno ter aversão não só ao professor punidor, mas como ao próprio ambiente de sala de aula.

O uso indiscriminado do método punitivo pode causar efeitos colaterais como a eliciação de comportamentos emocionais, neste efeito colateral o indivíduo que pune observa no indivíduo punido as reações que provocou neste, e pode então surgir no opressor, sentimentos de culpa e este pode passar então a agradar o indivíduo punido. Esta operação pode gerar um a espécie de aprendizagem no qual o indivíduo punido “sabe” que logo após uma punição, virão então coisas boas ao organismo. Outro efeito colateral é a perda de outros comportamentos, além do comportamento punido, assim um aluno repreendido no ato de falar ao professor, pode não só deixar de falar com o professor, como também pode deixar de emitir outros comportamentos, como por exemplo, falar com outros colegas e atividade de copiar. Um terceiro efeito colateral reside na emissão de formas de agir incompatíveis com o comportamento punido, são atos que evitam antecipadamente o acesso do organismo a um punidor, assim um aluno muito punido no ambiente escolar pode evitar, por exemplo, passar perto da escola, isso justifica a grande evasão escolar brasileira, ou seja, essa instituição é evitada como forma de se proteger de coerções (MOREIRA & MEDEIROS, 2007).

Quando punido o organismo deixa de emitir um comportamento desagradável, porém logo que a punição deixa de ocorrer, o agir volta a níveis anteriores à punição. Logo é de se esperar que o esforço despendido pelo professor para conter sua sala de aula seja uma tarefa extremamente rotineira, já que os seus métodos coercitivos têm uma supressão do comportamento do aluno, que pode durar minutos ou até segundos (SKINNER, 1998).

Quanto à efetividade, o ato punitivo alcança pouco sucesso já que “comportamentos punidos não desaparecem, quase sempre voltam, disfarçados ou ligados a novos comportamentos” (FADIMAN e FRAGER, 2002, p. 199). Exemplo disso pode ser

An. Sciencult	Paranaíba	v. 2	n. 1	p. 37-44	2010
---------------	-----------	------	------	----------	------

encontrado no sistema prisional ou no insucesso dos professores em conter os comportamentos desadaptados de seus alunos através de coerções. Hulse & Desse (1975) alertam para o fato de que o castigo, ou qualquer outra forma de coerção, apenas ensina o que não deve ser feito, ou de forma paralela atua como forma a gerar comportamentos que façam com que essa punição não ocorra.

Na escola brasileira o ato educativo, transforma-se em algo pouco produtivo já que não privilegia o ambiente estimulador, ao contrário “o estudar se transforma numa resposta de esquiva, ou seja, numa maneira de evitar a grande quantidade de contingências punitivas que a escola proporciona, tais como humilhações críticas, notas baixas, repreensões, etc.” (CÓRIA-SABINI, 1986, p. 12).

Há varias fatores que contribuem para a produção do aluno mal sucedido, entre eles encontram-se:

[...] comparação inadequada do desempenho desse aluno com o de alunos mais capazes; reprovação; currículo desinteressante e inútil; processo de ensino totalmente impróprio; regras escolares que revelam pouca lógica e que possuem como principal objetivo, a submissão; e, finalmente, a atitude ofensiva de preconceito, escárnio, ridículo, punição física (LEMBO, 1975, p. 47).

Lembo (1975) denuncia o uso de restrições quanto a comportamentos simples, como ir ao banheiro ou até mesmo ir à biblioteca. Isso exemplifica um caso de punição negativa, ou seja, aquela que retira coisas agradáveis a que o individuo tem acesso, visando o fim de um comportamento. O grande problema nesse caso é que o comportamento punido está relacionado ao contato com o ambiente escolar, o que pode comprometer a manutenção do aluno na escola, já que o ambiente fora da escola não apresenta punições tão severas a comportamentos de certa forma básicos.

O controle é estabelecido por indivíduos ou até mesmo pela natureza. Quando esse controle é estabelecido por indivíduos, nem sempre estes estão “côncios” daquilo que seu ato pode resultar na outra pessoa, daí a importância de se observar quando se pune ou se reforça uma pessoa com determinado ato. Essa “consciência” de reforçar ou punir os alunos não parece estar presente nas reflexões do professor, logo é necessário controlar, mas o que se discute são as práticas de controle utilizadas (BAUM, 1999).

## 2.1 A Questão do Contracontrole

Órgãos e instituições usam constantemente um controle molesto, que acabam apenas recompensando os agentes de controle sejam professores ou outras figuras de autoridade. Os que são controlados passam então a agir de forma a evitar esse controle, tentam de varias formas fazer com que o poder se equilibre, porém isso dificilmente ocorre, porém muitas vezes essa luta é custosa para ambos os lados. Skinner (2004) exemplifica da seguinte forma:

Os que são assim controlados passam a agir. Escapam ao controlador – pondo se fora do seu alcance, se for uma pessoa; desertando de um governo; apostasiando de uma religião, demitindo ou madriando – ou então atacam a fim de enfraquecer ou destruir o poder controlador, como uma revolução, como numa revolução, numa reforma, numa greve ou protesto estudantil. Em outras palavras eles se opõem ao controle com contracontrole (SKINNER, 2004, p. 164).

O controlado passa a suprimir os reforços, se esses forem valiosos para o controlador esse pode então mudar sua ação, desenvolve-se daí uma situação de contracontrole. Essa é uma ação tomada pelo explorado quando não há alternativas e às vezes assume o tom de

An. Sciencult	Paranaíba	v. 2	n. 1	p. 37-44	2010
---------------	-----------	------	------	----------	------

promessa, na forma “se me fizer isso faço aquilo”, em escolas o contracontrole é extremamente visível e rotineiro, nos verdadeiros jogos de promessas, sejam de benefícios ou de coerções. Esses jogos não são de tudo ruins, mas para isso o controlador deve ter outros caminhos que não somente o de exploração, já que a relação exploratória é extremamente instável e pode ruir a qualquer momento (BAUM, 1999).

O aluno desenvolve uma leitura do professor procurando descobrir quais são as exigências do profissional para com ele e as técnicas punitivas empregadas pelo professor. Dessa forma o aluno alcança melhores notas e evita chateações. Todavia nem todos alcançam esse tipo de comportamento, o que passa a gerar grandes crises na relação ou até mesmo o afastamento do aluno (LEMBO, 1975).

### **Considerações Finais**

Cabe salientar que Burrhus Frederic Skinner não se considera um teórico da aprendizagem. O autor estuda as contingências de reforço propícias à aprendizagem, e não a educação propriamente dita, porém torna-se um exercício interessante realizar uma generalização para o ambiente escolar, já que nesta ocorre quase que completamente a aprendizagem formal por que passa o indivíduo em sua vida. O ser aprende novos comportamentos em vários locais, e a escola talvez seja o principal deles.

Sobre a punição cabe ressaltar que uma característica que de certa forma afasta o aluno do ambiente escolar caracteriza-se por uma forma punitiva velada. Quando normalmente é abordado o tema da punição, alguns podem até pensar apenas na punição física que foi usada extensamente na educação brasileira até poucas décadas atrás, mas ela continua agora mascarada por técnicas menos agressivas. Isso pode ser comprovado através da diminuição dos comportamentos assertivos referentes ao ambiente escolar. Exemplo disso pode ser encontrado na evasão descontinua ou contínua do aluno; nas resistências às atividades e ao resultante desempenho deficitário nas atividades propostas.

Quando perguntados sobre a figura de qual seria o bom professor, muitos alunos o definem como “o cara legal”, mas que também domine a matéria. É tácito que o aluno espera um professor que lhe cause confiança e que apresente respostas às suas perguntas, de forma alguma se nega isso, de outra forma, vem atrelado a este saber um pouco do que se pode se chamar relações reforçadoras ou empáticas, um termo mais usado na comunidade verbal. A figura do professor exigente não se desvaloriza, muitos alunos aprovam essa figura, porém há uma diferença entre esse professor exigente e o punitivo, o exigente quer resultados e os valoriza; já o punitivo, normalmente tem seu foco voltado para os erros e deslizes praticados pelos alunos. A expectativa que tanto o aluno, como o professores tem no processo de aprendizagem refletem não só suas incertezas, assim como representam as influências da escola, instituição social não-neutra e que por sua vez reproduz a ideologia da classe dominante, daí decorre uma espécie de opressão silenciosa, que produz muitas vezes o insucesso do processo educativo. Assim sendo, cabe ressaltar que se aprende mais quando se gosta do local, da aula e da pessoa do professor principalmente.

Na busca de seres críticos e transformadores da sociedade em que convivem os métodos coercitivos apresentam um péssimo caminho para a escola no sentido de mecanismo do “apropriar social” pelos grupos sociais já largamente punidos pela própria sociedade em que vivem. A escola deve entender esse papel social de uma instituição, estimuladora do potencial humano, e não como simples reprodutora da sociedade existente, uma sociedade já de conflitos, na qual agentes da educação são afetados e influenciados a agir de forma a não

An. Sciencult	Paranaíba	v. 2	n. 1	p. 37-44	2010
---------------	-----------	------	------	----------	------

buscar uma real transformação social. Para essa mudança é necessário que o ser não se comporte de maneira estática, como a natureza assim o faz; este ser então é um transformador da natureza, ou seja, um modificador de situações estabelecidas. Enfim o controle estabelecido de forma naturalística é diferente, ou deve ser diferente, daquele engendrado pelo homem. Para isso a ação transformadora deve pautar-se na pesquisa das razões sociais dos fenômenos do campo educativo.

O controle aversivo só pode ser usado caso alternativas já tenham sido tentadas. Porém, de forma realista a sociedade não deve substituir a punição de maneira rápida e irresponsável, como por exemplo, os serviços policiais. Dessa forma o presente texto não nega todos os métodos de controle, o que aqui se discute é o uso indiscriminado desses métodos, ou seja, a quantidade, aonde e em que contexto esses são usados.

Entre outras conclusões, cabe ressaltar que a sociedade requer controle e mecanismos reguladores, desse modo varias instituições das mais variadas áreas da sociedade, estão extremamente carregadas de um uso excessivo de coerções e privações para que esse controle seja alcançado. O uso do recurso punitivo tem sido largamente usado por professores em varias instituições de ensino. Seja por falta de outros métodos, por insegurança e até mesmo pela sua aprendizagem no período ainda de formação, o uso de punições é responsável por grandes percas no repertório comportamental de alunos.

Dessa forma e sob essa ótica a “cura” social só surgiria quando realmente com um arranjo de contingências sociais. Logo pensar as relações e o ambiente em que elas ocorrem se torna muito mais produtivo, do que imputar o fracasso escolar ao aluno ou até mesmo somente ao professor. Essa prática da culpabilidade apontada ao sujeito, é resultado de nossa comunidade, que privilegia o apontamento de culpados, além do mais é muito mais fácil culpar alguém do que alterar relações e contingências ambientais.

### Referências Bibliográficas

BAUM, H.M. *Compreender o Behaviorismo: comportamento, cultura e evolução*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

CATANIA, A.C. *Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

CÓRIA-SABINI, M. A. O Desenvolvimento da Personalidade. In: \_\_\_\_\_. *Psicologia Aplicada à Educação*. São Paulo: EPU, 1986, cap. 6, p. 90 – 114.

FADIMAN, J. FRAGER, R. *Teorias da Personalidade*. São Paulo: Harbra, 2002.

HULSE, H. S. DESSE, J. *A Psicologia da Aprendizagem*. São Paulo: Pioneira, 1975.

LEMBO, J. M. *Por que Falham os Professores*. São Paulo: EPU, 1975.

MOREIRA, A.M. *“Teorias da Aprendizagem”*. São Paulo: EPU, 1999.

MOREIRA, M. B. MEDEIROS, C. A. *Princípios Básicos de Análise do Comportamento*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

An. Sciencult	Paranaíba	v. 2	n. 1	p. 37-44	2010
---------------	-----------	------	------	----------	------

PATTO, M. C. *A Produção do Fracasso Escolar*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1996.

SKINNER, B. F. *Ciência e Comportamento Humano*. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

\_\_\_\_\_. *Sobre Behaviorismo*. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

An. Sciencult	Paranaíba	v. 2	n. 1	p. 37-44	2010
---------------	-----------	------	------	----------	------